

Carta dos Servidores Públicos Federais à Presidente Dilma

Por uma audiência na Presidência da República para o atendimento de nossas reivindicações!

Sra. Presidente,

Em 8 de abril, respondendo à pauta apresentada por nossas entidades sindicais, a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão alegou que *"os acordos assinados em 2012 e 2013 estão sendo cumpridos integralmente"* e que, por isso, temas como a valorização do salário base, incorporação das gratificações e reajuste de benefícios *"se integrarão a um novo ciclo de negociação, quando do término da vigência dos acordos assinados em 2012 e 2013"*.

Em segundo lugar, a SRT afirmou que a definição de nossa data-base para reajustes (que é parte da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho), *"depende da consolidação do marco regulatório do sistema de negociação permanente"*.

Em terceiro lugar, a SRT responde secamente que *"a paridade entre ativos aposentados e pensionistas já está disciplinada pelas Emendas Constitucionais 41 e 47"* (de 2003 e 2005).

Traduzindo em miúdos, no dia 8 de abril, data em que se encerrou o primeiro prazo para concessão de reajustes em 2014 (o segundo será em 5 de julho) a SRT diz aos servidores que negociação de salários e benefícios só em 2015 – com efeitos só em 2016, quando já estaremos no segundo ano do próximo mandato presidencial! A SRT diz que a negociação coletiva, com a fixação da data-base, depende dos meandros do Congresso Nacional. E que a paridade ativo-aposentado nem se discute (já foi enterrada pelas ECs 41 e 47). Não podemos e não vamos aceitar!

A SRT fundamenta sua negativa na *"preservação do equilíbrio fiscal"*. Mas "equilíbrio fiscal" é a produção do superávit primário – que é herança de FHC e exigência das sinistras "agências de notação" - para encher os bolsos do capital financeiro internacional. Maior gasto do orçamento federal, os juros e principal da dívida consomem mais de 40% dos recursos. É o dobro da previdência social, a segunda despesa. E muito longe dos demais itens, inclusive saúde, educação e transporte somados! Em 2013, foram R\$ 249 bilhões só de juros!

Os acordos de 2012 e 2013, fruto de uma dura campanha salarial, não repõem o poder de compra de nossos salários até 2015 e muito menos até 2016.

Portanto, a resposta da SRT não está em sintonia com vosso pronunciamento de Primeiro de Maio que afirma:

Nosso governo nunca será o governo do arrocho salarial, (...) será sempre o governo da defesa dos direitos e das conquistas trabalhistas, um governo que dialoga com os sindicatos e com os movimentos sociais e encontra caminhos para melhorar a vida dos que vivem do suor do seu trabalho.

V. Exa disse que não haverá arrocho. Então comece já, antes de vencer o prazo, por abrir negociação para atender nossa pauta. Receba nossas entidades sindicais em audiência. Apoio não-lhe faltará para enfrentar os obstáculos que surgirem ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores:

1- PARIDADE: Incorporação integral (100%) de todas as Gratificações de Desempenho ao Vencimento Básico, inclusive para os atuais aposentados e pensionistas! E tratamento equânime dos anistiados do Governo Collor!

2- NÃO AO ARROCHO: antecipação da parcela do reajuste salarial de 2015 para março de 2014 e Extensão da Lei 12.277 para todos!

3- REAJUSTE dos benefícios e vantagens!

4- REGULAMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO 151 DA OIT: Data-base e direito legal à negociação coletiva!

5- ANISTIA da compensação das horas da greve de 2012!

Valorizar os servidores: o serviço público em primeiro lugar!

Brasília, 29 de maio de 2014.

*Recebido em
29/5/14
Fenasp*

Assinam essa Carta:

ASFOC-SN, ASSIBGE, CONDSEF, SINAL.

FENASPS